

A LÍNGUA PORTUGUESA EM DIREÇÃO AO SÉCULO XVI: PRINCIPAIS RECONFIGURAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

Cemary Correia de SOUSA¹
Jane Keli Almeida da SILVA²

RESUMO: Objetiva-se, neste trabalho, discutir ainda que brevemente as principais reconfigurações históricas e culturais que modificaram a língua portuguesa ao longo de quatro séculos de produção escrita. Defende-se, nesse contexto, que o português será gramaticizado no momento em que importantes mudanças sociais têm ocorrido, como o próprio surgimento de sua escrita, bem como a estreia da imprensa, em solo português, e a consolidação do primeiro cânone literário, com os *Lusíadas*, de Luís de Camões. Tudo isso impulsionará a elaboração de obras lexicográficas, como glosas, dicionários e as *Cartinhas* ou *Cartilhas*, as quais, voltavam-se exclusivamente ao ensino religioso e, posteriormente, a essas publicações, vieram a lume as primeiras gramáticas da língua, a de Fernão de Oliveira e a de João de Barros, justamente quando o Renascimento estava a todo vapor na Europa incentivando, consideravelmente, na formação das Nações e dos Estados nacionais. Portanto, este artigo traça de maneira sucinta um perfil histórico do português, tendo como aporte teórico, para isso, a Linguística Histórica *Stricto Sensu*, a Filologia Textual e a Lexicografia Histórica. Espera-se com este trabalho poder contribuir para as investigações sobre a constituição histórica da língua portuguesa, especificamente as que se inserem no recorte temporal do século XIII até o XVI.

Palavras-chave: Português arcaico; Português moderno, Reflexões metalinguísticas, *Grammatica da linguagem portuguesa*; *Gramática da língua portuguesa*.

ABSTRACT: The main objective of this work is to discuss briefly the main historical and cultural reconfigurations that modified the Portuguese language during four centuries of written production. In this context, it is argued that Portuguese will be grammaticalized at a time when important social changes have taken place, such as the very appearance of his writing, as well as the debut of the press on Portuguese soil, and the publication of the literary canon, with the *Lusíadas*, by Luís de Camões. All this will lead to the development of lexicographical works, such as glosses, dictionaries and the Letters or Booklets, which, referring exclusively to religious teaching and later to these publications, came to light the first grammars of the language, that of Fernão de Oliveira and João de Barros, just when the Renaissance was at full steam in Europe, encouraging considerably the formation of nations and national states. Therefore, this article succinctly traces a historical profile of Portuguese, having as a theoretical contribution, for this, the Historical Linguistics *stricto sensu*, Textual Philology and Historical Lexicography. This work is expected to contribute to the investigation of the historical constitution of the Portuguese language, specifically those that are inserted in the temporal cut of the thirteenth to the sixteenth century.

Keywords: Archaic Portuguese; Modern Portuguese; Metalinguistic reflections; *Grammatica da linguagem Portuguese*; *Gramática da língua portuguesa*.

¹ Mestranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduação em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). cemarycorreia@bol.com.br

² Doutoranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora substituta do Departamento de Letras Vernáculas da UFBA. janelialmeida@gmail.com

Cenário histórico

Quando Afonso Henriques combate sua própria mãe, Dona Tareja, na Batalha de São Mamede, em 1128, com o intuito de se autoproclamar rei, a língua que, até então, compartilhava com o galego sua gênese linguística, no Noroeste da península, inicia sua descida em direção ao Sul, seguindo o movimento da Reconquista³.

Nesse contexto, à medida em que os territórios são retomados dos muçulmanos, a língua se diversifica, tendo em vista os intensos contatos linguísticos a que foi submetida. Assim, o português vai se distanciando do galego, adquirindo outras feições, diferentes daquelas que o caracterizavam no noroeste, apresentando-se, agora, como uma língua formada por dialetos regionais próprios, que vão se espalhar por todo o território que hoje se reconhece por Portugal.

Inicia-se, desde então, um contraste entre as modalidades nortenhas (sobretudo a norte do Douro), constitutivas, tradicionais, faladas por populações fixas, e as modalidades centrais e meridionais, mais niveladas e mais inovadoras (MAIA, 2010, p. 485).

Nesse cenário, a língua falada no Sul, se comparada à do Norte, apresenta características mais inovadoras que, futuramente, constituirão um dialeto de prestígio, utilizado pelos homens considerados “doutos” e inseridos, obviamente, na cultura letrada. Vale ressaltar que o referido dialeto servirá de base à normatização da língua, no século XVI. Nesse período da Reconquista, o português foi se modificando, pela via oral que, paralelamente, pôde contar com a via escrita, já que os registros iniciais da língua portuguesa se situam entre os séculos XII e XIII, normalmente, concentrados em *scriptoria* reais da corte e, obviamente, concentrada no domínio monasterial da Ordem de Cister.

Pode-se considerar que o surgimento da escrita é o primeiro grande salto dado em direção às reflexões metalinguísticas, uma vez que “o processo de aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior” (AUROUX, 2014, p. 21-22). Nesse sentido, a escrita se caracteriza como uma forma da linguagem se autorreferendar, sendo, portanto, um passo decisivo no nascimento da metalinguagem. Sob essa perspectiva, Verdelho e Silvestre (2007) acreditam que

o simples desenvolvimento do exercício da escrita não podia deixar de suscitar uma necessária reflexão gramatical e uma consequente produção metalinguística, como natural relevo para a elaboração de tipo lexicográfico. Juntamente com a emergência da escrita vernácula, o confronto com o latim, muito especialmente na instância escolar, deve ter provocado imediatamente o aparecimento de glossários e outros materiais de apoio à intercompreensão das duas línguas, exercitando sua equivalência lexical.

A língua portuguesa, pelo menos desde o século XIII, ao mesmo tempo que tinha acesso à sistematização da escrita, começou a ser utilizada numa produção pré-lexicográfica, baseada em listagens glossarísticas medievais bilíngues (latim-vernáculo) que eram utilizadas por outras línguas vulgares da Europa, desde a mais remota Idade Média, como auxiliares da escolarização do latim (VERDELHO; SILVESTRE, 2007, p. 13).

³ Os reinos cristãos estabelecidos no Noroeste se unem e retomam suas terras, que estavam povoadas pelos muçulmanos desde a invasão da Península Ibérica, em 711 d. C. O movimento da Reconquista iniciou no século X e se estendeu até o século XIII, quando a última cidade portuguesa foi retomada, a cidade de Faro. A partir desse momento, finaliza-se o processo de Reconquista e se estabelecem as fronteiras política e linguística de Portugal.

Considerando as dificuldades enfrentadas para recuperar os textos manuscritos, elaborados, nesse período, e a falta de técnicas para que a lexicografia pudesse se desenvolver, muitas dessas tentativas “pré-lexicográficas” não se conservaram na história da língua, para além de não se desenvolverem, já que existia uma dificuldade enorme em se realizar a ordenação alfa dos verbetes, por exemplo. Por isso, a pré-lexicografia iniciada desde o século XIII, paralela ao surgimento da escrita do português, vai esperar pelo menos uns três séculos para se estabelecer enquanto prática ou disciplina.

Não obstante, essa produção metalinguística comprova que o surgimento da escrita foi um passo motivador para que reflexões sobre a língua fossem elaboradas, *a priori*, descodificando o léxico, depois, como se verá, codificando a escrita com o objetivo de normatizá-la.

Para entender como a escrita foi-se desenvolvendo e a partir disso novas reflexões sobre a língua foram surgindo, é importante considerá-la um fenômeno histórico e social que, inicialmente, estivera inserido numa sociedade, predominantemente oral, onde o pensamento era expresso através de práticas oralizadas, como os discursos, os debates, a contação de histórias e de cantigas, que se voltavam tanto à persuasão do público como, também, à diversão.

A influência do signo escrito se deu de maneira processual, sobre as expressões orais, assumindo, nesse momento, um papel de fundo na sociedade, já que era, como sempre foi, a oralidade a forma preeminente de se expressar. Essa realidade se refletia nos textos escritos, que eram elaborados para ser lidos em voz alta, apresentando um sistema pontuacional lógico-gramatical, relacionado, diretamente, com a prosódia (MACHADO FILHO, 2004). Traziam, também, outras marcas da língua falada, como uma grande variação gráfica, sem nenhum controle normativo da língua escrita.

Essa sociedade oral foi se modificando com o tempo, à medida em que as expressões escritas foram adquirindo cada vez mais importância e valor. Claro que essa mudança levou séculos para se concretizar, cerca de uns trezentos anos, contando desde os primeiros textos escritos, no século XIII, até o século XVI, quando se tem uma produção escrita mais consolidada, pela imprensa.

Entre os séculos XIII e XIV, a documentação produzida se voltava às questões religiosas e (ou) notariais, tendo em vista que os textos de que se têm notícia, nesse período, são testamentos, memórias institucionais – *Flos Sanctorum*, regulamentos – Regra de São Bento e suas muitas adaptações, bulas, denúncias de dívidas entre outros. As funcionalidades desses documentos eram a doutrinação, a anotação de fatos importantes e a conservação do patrimônio das instituições detentoras dessa produção escrita, por isso, começam a ser fixados pelo sistema escrito, corroborando com Calvet (2011) quando defendeu que a escrita surge justamente da necessidade do homem em registrar as coisas. Inclui-se também o registro da língua, já que nesses séculos havia reflexões “pré-lexicográficas” (VERDELHO; SILVESTRE, 2007).

Considerando que a escrita está vinculada à sociedade, cabe associá-la aos sujeitos que tiveram acesso às práticas de leitura e de escrita, nesse período, em que a sociedade portuguesa era, eminentemente, oral, onde apenas uma ínfima parcela da população sabia ler e escrever, como afirma Mattos e Silva (2002) apoiada nas pesquisas do historiador Armindo de Souza (1993) sobre o grau de letramento das sociedades medievais. Esses sujeitos letrados, obviamente, estão associados ao poder, já que

la escritura aparece, desde su invención, ligada ao poder. Crea poder y lo acrecienta. Su difusión y empleo van unidos, además, al aumento de la complejidad organizativa de ese poder (FRAGO, 1996, p. 51).

A escrita, nesse contexto, se configura como uma forma do poder se autorreferendar, basta lembrar da história de Portugal, quando Afonso Henriques conquista o condado *Portucalense* e se torna, posteriormente, o primeiro rei de Portugal. Obviamente, já existiriam registros escritos que asseguraram a fixação desse reino. Outro exemplo, é pensar que um dos primeiros textos em português foi elaborado a mando de outro rei, Afonso II. Portanto, existe uma relação direta entre os que sabem ler e escrever e aqueles que estão associados ao poder.

Ao longo do tempo, a escrita do português começa a ganhar cada vez mais valorização social, podendo contar com uma produção mais diversificada, por volta dos séculos XIV e XV, quando surgem outros gêneros textuais, como hagiografias, regras monásticas, crônicas, fábulas, novelas⁴, consolidando, dessa maneira, a primeira fase de escrita do português. A língua escrita, durante esse período, já apresentava características que, paulatinamente, a diferenciavam dos séculos anteriores. Nesse contexto,

[...] verifica-se a ‘elaboração da função’: a língua vai adquirindo novos âmbitos funcionais até então reservados ao latim e acede a todas as tradições discursivas; paralelamente a este processo, que poderemos designar de ‘elaboração extensiva’, verifica-se um outro, de ‘elaboração intensiva’, caracterizado pelo desenvolvimento de recursos linguísticos que tornam a língua apta para assegurar as suas novas funções: além da ampliação do caudal léxico da língua, desenvolve-se uma sintaxe progressivamente mais complexa, adequada a todos os tipos de discurso, e diferentes estratégias semânticas e pragmático-textuais. Como resultado desse duplo processo, verifica-se, por um lado, a constituição de um património textual amplo e diversificado sob o ponto de vista de géneros e tipos textuais e, por outro, a progressiva transformação da língua (MAIA, 2010, p. 485).

Paralelo à reconfiguração da escrita, chega a Portugal, no século XV, a imprensa, que modifica a produção de textos, inicialmente, manuscrita, e agora passa a ser elaborada na prensa móvel. Consequentemente, a produção de livro aumenta, dispondo ao público cópias de um mesmo exemplar, de uma só vez. Paralelamente, ocorre a diminuição do custo, tendo em vista que as formas de produção mudaram, tornando-se mais rápidas. Assim, o surgimento da imprensa se configura como um importante evento extralinguístico, que promove a difusão do livro e do modelo da língua escrita e, ao mesmo tempo, ajuda na “fixação da (orto)grafia e da língua, ambas caracterizadas por acentuada variabilidade durante a Idade Média” (MAIA, 2011, p. 32).

Embora os textos impressos uniformizem muito mais a variação gráfica do que os manuscritos, verifica-se que a “variabilidade” ainda se faz presente na documentação impressa, já que não existem instrumentos normatizadores de língua e, nem mesmo, um acordo ortográfico que vise à normatização da escrita, o qual será elaborado séculos depois da implementação da imprensa, especificamente, no século XX, por Gonçalves Viana.

Um século depois de implementação da imprensa, começam-se a desenvolver cada vez mais obras metalinguísticas sobre o português. Nesse momento, a língua escrita inclina-se à standardização, com a publicação no século XVI de importantes produções, dentre as quais os *Autos* de Gil Vicente e os *Lusíadas*, de Luís de Camões, inaugurando, assim, a Idade Moderna, período em que se insere o movimento do Renascimento e, consequentemente, ocorre

² Para maiores esclarecimentos, consulte a obra de Álvaro J. da Costa Pimpão, cujo título é *Idade Média*, publicada em 1959.

o fato mais relevante, contudo, em oposição ao período arcaico, é o surgimento, na segunda metade do século XVI, do primeiro cânone literário, que, em sentido metafórico, representa, de certo modo, uma "normatização" do literário, quando arrola as obras principais do século e que está explícito, em 1574, no Diálogo em defesa de nossa linguagem, de Pero Magalhães de Gândavo, historiador e segundo ortógrafo do português, que seleciona um elenco de escritores e suas obras, para ele as mais significativas de então (MATTOS e SILVA, 2002, p. 12).

Ao mesmo tempo em que se desenvolvem textos literários, a língua escrita se volta à codificação dos usos linguísticos, que serão objeto de estudo dos gramáticos, dos ortógrafos e dos lexicógrafos, durante todo o século XVI. As obras metalinguísticas produzidas representaram as primeiras tentativas de normatização da língua, a partir da seleção de uma variante linguística, com prestígio social, falada por homens, que estavam inseridos na Corte e nas universidades.

A forma escolhida foi a da antiga província da Estremadura que, depois, veio a ser a região de que Lisboa faz parte, hoje. (MAIA, 2010). Não é nada diferente do que acontece nos dias atuais, quando se visa à normatização da língua escrita, motivando, como se sabe, a depreciação de outros dialetos e colaborando para que o preconceito linguístico se mantenha como um mal social, que só exclui e discrimina os que não usam as formas prestigiadas.

A variante de base deve também ter servido às outras reflexões metalinguísticas que ocorreram nos séculos posteriores. Vale destacar o importante papel da Corte portuguesa na standardização da língua escrita no século XVI, que, para Leão (1669), moldava o português com seus usos cultos, ajudando a caracterizar, no sul, um dialeto prestigiado e inovador, se comparado com os outros das demais regiões. Assim, a língua portuguesa, no século XVI, atinge sua normatização, tanto literária, em certo sentido, como gramatical, se configurando como uma língua escrita bem distinta da dos séculos anteriores.

Observe-se que, no século XVI, a relação mantida entre a escrita e o poder se firma mais ainda, tendo em vista que os instrumentos metalinguísticos produzidos vão ajudar a estabelecer uma clivagem entre os que têm acesso às práticas de leitura e de escrita e, possivelmente, sabem as regras estabelecidas, e aqueles que são considerados analfabetos. Dessa maneira, ocorrem transformações nas formas de realização dessas práticas, considerando que a imprensa, além de ter trazido todos os avanços discutidos anteriormente, colabora para que a leitura se realize, agora, silenciosamente, enquanto a escrita tende à normatização. Portanto,

os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão (CHARTIER, 1999, p. 77).

Metalinguagem da língua portuguesa antes das primeiras gramáticas

Procurou-se, na seção anterior, delinear, muito brevemente, o percurso do português até o século XVI, com o objetivo de mostrar o desenvolvimento da escrita nesses séculos, partindo do ponto de que a escrita se configura como a primeira forma da língua se referendar, gerando conhecimento sobre si mesma. Apresentaram-se, de

maneira concisa, alguns textos produzidos entre os séculos XIII até o século XVI, discutindo as tentativas metalinguísticas surgidas nesses períodos, como as consideradas “pré-lexicográficas”, mas que, infelizmente, pouco se conservaram na história da língua.

Nesse sentido, quem quer que se arvore a identificar na história do português reflexões metalinguísticas antes das primeiras gramáticas, certamente, haverá de mencionar em primeira mão o dicionário latino-português, elaborado entre os séculos XIV e XV.

O documento conservado é um manuscrito alcobacense (código CDIV/286), que se encontra na Bibl. Nac. de Lisboa e que foi publicado por Henry Carter (1953). Compõe-se de uma listagem quase alfabética de cerca de 3000 verbos latinos, transcritos pelo início do século XIV, a que foram acrescentadas por outra mão e eventualmente já no séc. XV, as formas equivalentes em português. O ‘corpus’ lexical português apresenta cerca de 1100 verbos diferentes com um total aproximado de 3.000 ocorrências. É um documento importante para a história da técnica lexicográfica e sobretudo para a história da língua portuguesa (VERDELHO, 1995, p. 196, apud VERDELHO; SILVESTRE, 2007, p. 13).

Mesmo com as dificuldades encontradas, o referido dicionário latino-português traz um inventário considerado significativo do léxico português e o confronta com o latim, ajudando a fixar a língua escrita. A obra em questão já aponta o confronto que começou a existir entre o latim, língua de ensino, e a língua vernácula que, também, queria se autoexplicar.

Assim sendo, essa obra se configura como uma ferramenta de ensino do português, desenvolvida a partir do século XIV, além de trazer reflexões sobre a língua. É um texto significativo para a história da língua que, embora tenha sido editado uma vez, precisa que novos estudos sejam realizados para que se conheça com mais afinco essa metalinguagem apresentada, antes mesmo das gramáticas.

Outro ponto importante é que o referido dicionário por ter se conservado e está disponível à investigação, ajuda a recontar a história da metalinguagem portuguesa, que se inicia, comumente, no século posterior, com a publicação das primeiras gramáticas. Mas pode ser antecedida considerando as reflexões apresentadas pelo dicionário e, também, pelas *Cartinhas* ou *Cartilhas*, elaboradas, posteriormente, no começo do século XVI.

As *Cartinhas* não foram manuscritas, tal como fora o dicionário bilíngue, mas impressas, já que se desenvolviam, nesse momento, as práticas da tipografia em Portugal. Graças a esse desenvolvimento, muitas *Cartinhas* foram produzidas, em larga escala, visando à leitura e à alfabetização das crianças. Não obstante, as referidas obras não se pautaram somente no ensino do *abc*, mas, sobretudo, no ensinamento das orações religiosas, tornando-se, dessa maneira, importantes manuais de doutrinação. Note-se que as *Cartinhas* demonstram o momento em que os portugueses passaram a ter uma visão mais elaborada sobre o aprendizado da língua escrita, por isso, começaram a produzir material didático voltado ao ensino.

As *Cartinhas*, portanto, vieram para suprir a expectativa de se ensinar e se aprender o português. No entanto, pode-se dizer, que suas reflexões metalinguísticas se apresentaram de forma incipiente, uma vez que se dedicaram apenas à decodificação do *abc*. Pelo menos é o que se verifica, como mostra de exemplo, em uma das *Cartinhas* elaboradas, nesse período, a *Cartinha pera ensinar a leer*, em que se dedica um capítulo *A arte pera aprender a leer*, e os demais capítulos são voltados à aprendizagem das orações religiosas, como *O Pater Noster em latim e em lingoagem*, *A aue maria em latim e em lingoagem*, *os setes pecados mortaes*, *as setes virtudes contrayras a elles* entre

outras. Desse modo, pode-se dizer que a essência das *Cartinhas* era religiosa e doutrinária, uma vez que funcionavam como verdadeiros manuais de conduta da sociedade cristã da época.

A *Cartinha pera ensinar a leer* saiu do prelo, da oficina de German Galharde, tipógrafo francês estabelecido em Lisboa desde o início do século XVI. Observe-se que o título da obra ainda traz o hiato etimológico, no item *leer*, o qual, se fez presente na escrita desde o século XIII e se manteve até o século XVI, como se pode ver. Outro aspecto importante que merece ser destacado é o próprio título da obra, que se volta apenas ao ensino da leitura e não, necessariamente, ao ensino, conjugado da leitura e da escrita, como se voltam hoje os instrumentos de alfabetização.

Essa prática de leitura dissociada da escrita pode ser verificada na própria folha de rosto da *Cartinha*, a qual evidencia o mestre sentado ao centro, dando a lição para os meninos, que não seguram nenhuma pena, mas leem. “A *Arte*, como indicado na obra, destina-se ao ensino da leitura” (ROSA, 2002, p. 152)⁵. As *Cartinhas* foram elementos iniciais de aprendizagem, que preparavam as crianças para um estudo mais elaborado, o das gramáticas, como o próprio João de Barros declara na folha de rosto de sua obra.

Em a *cartinha* passáda démos árte pera os mininos fãcilmente aprenderem a ler, com toda a diversidade de silabas que a natureza de nossa linguagem padéçe. E assi lhe[s] apresentámos os preçeitos da lei e os mandamentos da Santa Mãdre Igreja, com o tratádo da Missa. em as quáis cousas convém serem eles doutrinádos porque, como diz Sam Bernárdo, nom é cousa menos piadôsa ensinár o ânimo com sapiência que dár mantimento ao corpo. Fica agóra dármos os preçeitos da nossa Gramática ([1540]; BUESCU, 1971, p. 292).

A *Cartinha* à qual se refere o autor foi elaborada no século XVI, especificamente em dezembro de 1539. Por a obra se intitular *Grammatica*, assim como a própria *Grammatica*, do referido autor, existe, hoje, uma certa confusão na identificação dos dois trabalhos, assim como, muitas vezes, a *Cartinha*, de João de Barros, se confunde com as inúmeras *Cartinhas*, publicadas antes. Vale, no entanto, ressaltar a importância da obra de Barros, que foi

dedicada ao príncipe D. Filipe, filho de D. João, esta *Cartinha*. inovadora no método que preconiza e na qual vibra o amor pela língua pátria, ganha um significado ideológico mais amplo, ao ser justificada a sua utilidade pelo papel universal da língua portuguesa no encontro planetário das civilizações e sobretudo na expansão da fé cristã, ‘*com que muitos povos da gentildade são metidos em o curral do senhor*’ (BUESCU, 1996, p. 14).

A *Cartinha* de João de Barros (1539), impressa por *Luis Rodriguez*, traz, assim como a *Cartinha pera ensinar a leer*, os primeiros ensinamentos de língua. No entanto, a obra de Barros se estende, trazendo não só o *abc*, mas já a distinção das vogais abertas e fechadas e os modos de ajuntamento das sílabas. Nesse contexto, o autor demonstra a composição da sílaba com duas, três e quatro letras, além de mostrar sua formação com os dígrafos. A *Cartinha*, de Barros, também, é bastante ilustrada, tanto no que se refere aos estudos metalinguísticos quanto aos estudos religiosos. Por isso, é reconhecida como uma obra pedagógica, sendo um dos primeiros textos ilustrados e didáticos, segundo seu colofon (1539).

⁵ Maria Carlota Rosa realizou um estudo linguístico com a referida *Cartinha* e constatou que o ensino da leitura se realizava dissociado da escrita.

Quando Portugal começou a se aventurar nas grandes navegações marítimas em busca de expandir seus territórios, as *Cartinhas* foram levadas às terras conquistadas, com o objetivo claro de ensinar a língua portuguesa e a religião aos povos dominados. Nesse cenário, as inúmeras *Cartinhas* produzidas, até então, passaram a ser utilizadas não só na alfabetização das crianças, mas, também, na alfabetização dos adultos. Vale ressaltar que o contexto de ensino é outro, uma vez que não se aprende português como língua materna, mas como língua estrangeira. As *Cartinhas* portuguesas, nesse cenário, visam à inserção desse povos nos preceitos da religião católica (BUESCU, 1984). Ainda

no final do século XV, as relações com o Congo chegaram a ser bastante intensas, procurando-se uma política de aproximação com os chefes locais. O envio de descendentes seus para Portugal para se instruírem na religião católica é um das manifestações dessa estratégia. No tempo de D. Manuel, que em 1514 enviara como representante ao Negus de Abissínia, entre outras obras, cerca de mil 'cartinhas' para aprender a ler, chegou a ser intensa a presença de jovens bolseiros do Congo no Convento dos Lóios, em Lisboa (BUESCU, 1996, p. 14).

Cabe pontuar, também, o fundo político expresso nas *Cartinhas*, que além de se voltarem ao ensino, se mantiveram aliadas ao poder, tornando-se importantes instrumentos de valorização da língua de um Império. Aprender a língua e, sobretudo, a religião seria uma maneira de se aliar a uma nação em expansão, como era Portugal, nesse momento. Assim sendo, o ensino do português ganhou cada vez mais espaço, diante do latim, à medida em que se estendia territorialmente.

De certo modo, essa situação considerada mercantilista relembra a época de expansão do Império Romano, que se aventurou por terra e por mar e usou a língua como uma importante ferramenta de dominação, mesmo que não impositivamente. Nesse contexto, Portugal segue seu caminho, direcionando-se às conquistas do Novo Mundo e suas *Cartinhas* serão cada vez mais necessárias, ajudando o Império a se expandir e se firmar para além das fronteiras portuguesas. As *Cartinhas* motivaram o surgimento de outras reflexões de língua, como das primeiras gramáticas do português, na segunda metade do século XVI, que estão inseridas justamente nesse ambiente de expansão mercantilista.

Ressalta-se, também, o fundo político das gramáticas que, assim como as *Cartinhas*, estão aliadas à ideia de valorização da nação, que é um motivo importante para se gramatizar, mas não é o único, uma vez que para se codificar determinada língua visando à sua normatização, considera-se o ensino, propriamente dito, da língua. Além de se levar em conta fatores externos, como movimentos culturais, no caso do português, houve a influência do movimento renascentista, que colocou o latim numa situação de confronto com as línguas vernáculas.

O ensino da língua portuguesa seria, *a priori*, uma justificativa relevante, que se propunha a ser mais elaborado e, possivelmente, mais fácil de ser apreendido, se comparado com o ensino do latim e do grego. A gramática, nesse sentido, se voltaria à aprendizagem da língua tanto em Portugal como nas áreas colonizadas. Desse modo, se deveria aprender, primeiro, o português, para que, depois, se aprendessem as línguas clássicas (MAIA, 2010).

Note-se que é uma justificativa política e estratégica, uma vez que se difunde o ensino do português, paralelo ao do latim. As gramáticas, nesse sentido, vão apresentar um estudo metalinguístico muito mais aprofundado do que as *Cartinhas*, uma vez que trazem reflexões sobre todos os níveis da língua, colaborando, significativamente, para a expansão do ensino e da aprendizagem da língua escrita.

O português no cenário de gramatização das línguas vernáculas europeias

Pode-se dizer que os estudos gramaticais do português se desenvolveram no momento em que o homem renascentista se viu motivado para realizar tal feito, e se sentiu também preparado para desenvolvê-los. Tendo em vista que as primeiras reflexões de língua, conservadas até o presente momento, foram o dicionário latim-português (século XIV-XV) e as *Cartinhas* ou *Cartilhas*, publicadas no início do século XVI, o português ganhou fôlego e pôde ser refletido, gramaticalmente, quando a efervescência da Renascença promoveu a valorização das línguas vernáculas frente à supremacia do latim, considerado uma língua erudita e, portanto, um modelo a ser adotado na gramatização⁶ das línguas nacionais. O Renascimento, como se sabe, permitiu a reavaliação dos modelos antigos, tanto os clássicos como os medievais, impulsionando, assim, a retomada desses modelos na Idade Moderna.

Inseridos nesse ambiente linguístico e cultural, os primeiros gramáticos usam o latim como referência e, portanto, como apoio teórico, procurando em muitos casos adotá-lo, integralmente, na construção de suas gramáticas. Entretanto, cada língua se caracteriza, tipologicamente, diferente umas das outras, sendo, portanto, um engano, ou até mesmo um erro, tentar classificá-las, utilizando as mesmas regras e estratégias da latina, por exemplo.

Diante desse cenário, os vernaculistas enfrentam o ônus de serem os pioneiros a refletir sobre uma língua vulgar, criando novas estratégias de classificação linguística, sem terem, necessariamente, modelos de uma língua vernácula para se apoiar, diferentemente, dos gramáticos latinos, que tinham como base as gramáticas gregas, por exemplo. “Prisciano elabora sua gramática a partir de material acumulado em quase quinhentos anos de estudos gramaticais do latim” (BORGES NETO, 2009, p. 44), enquanto os renascentistas dispõem de pouco ou quase nenhum material sobre estudos de suas línguas. Mas é preciso descrever as línguas vernáculas num momento de formação das Nações e dos Estados modernos.

O continente europeu vivencia, no final da Idade Média, a transformação da ordem feudal; dessa transformação, surge o Estado moderno, concebido como uma entidade abstrata – distinta de governo ou pessoas que exercem o poder – cuja semente é nação através de uma operação jurídica. Estado designa uma realidade jurídica, que é, portanto, conceituada de forma objetiva, ou seja, o Estado é jurídico definido pela conjugação de três elementos: território, população e soberania; a Nação designa uma realidade sociológica. Assim sendo, o Estado é a nação institucionalizada, politicamente organizada, de modo que a existência da Nação é anterior à existência do Estado. (NICOLAU, 2009, p. 146)

Os homens da Renascença começam a refletir sobre suas línguas, colocando-as diante do latim numa relação de reanálise hierárquica. É um confronto, de fato, em que as línguas filhas ou irmãs se colocam ao lado da língua mãe, embora reconheçam sua superioridade. Surge, assim, a “consciência nacional”, que se configura “segundo uma dialéctica entre a conformidade/semelhança e desconformidade/diferença: entre a filiação/derivação e a autonomia/corrupção” (BUESCU, 1996, p. 58).

⁶ Para maiores esclarecimentos, veja o texto da autora que se intitula *A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical*. In: *Gramática, história, teorias, aplicações*. Porto: Universidade do Porto, 2010, p. 29-49.

Nesse ambiente, surge um dos principais motivos que levam à gramatização, o de valorizar a nação e o Estado através da dignificação da própria língua. As gramáticas vernáculas assumem seu caráter político, ao mesmo tempo, em que se relacionam, diretamente, com diferentes formas de poder, como o dos Estados, o da Igreja, o do comércio, entre outros. A língua, dessa forma, aliada ao poder, acompanha a nação no decurso de sua história.

Dentre os textos publicados, no período do Renascimento, destaca-se a *gramática do castelhano*, de António de Nebrija, por ser o primeiro estudo gramatical de uma língua românica, publicada em 1492, justamente, no ano de unificação da Espanha e da descoberta da América. ‘A língua companheira do Império’ motivou o surgimento de outras reflexões metalinguísticas, como a gramática do italiano, elaborada três anos depois e intitulada *Regole della lingua fiorentina*. Cabe pontuar que embora tenham publicado sua gramática depois da espanhola, os italianos foram os grandes precursores nos estudos sobre uma língua vernácula. Por exemplo, a obra *De Vulgari Eloquentia*, de Dante Alighieri, escrita desde o século XII, já traz reflexões sobre a origem das línguas, se apoiando no mito da Torre de Babel.

Posteriormente, a elaboração da gramática do italiano veio a lume, em 1531, a primeira gramática do francês, intitulada *O Lesclarcissement*, elaborada pelo inglês Palsgrave e dedicada ao rei Henrique VIII (BUESCU, 1984).

Vale ressaltar que o próprio título da obra denuncia um francês considerado arcaico, estando, nesse ponto, em conformidade com o português arcaico, que se manteve até a documentação escrita do século XVI.

A gramatização do espanhol, do italiano, do francês e do português ocorreu em momentos coetâneos, quando, justamente, a Espanha, a Itália, a França e Portugal buscavam se firmar enquanto impérios mercantilistas. Para isso, utilizaram como aliadas suas gramáticas, que defenderam e exaltaram a língua. Mais uma vez se verifica, claramente, a escrita sendo utilizada como uma forma do poder se autorreferendar. Nesse contexto, a gramatização se configura como um importante evento extralinguístico, considerado

depois do advento da escrita no terceiro milênio antes da nossa era – a *segunda revolução técnico-linguística*. Suas consequências práticas para a organização das sociedades humanas são consideráveis. Essa revolução – que só terminará no século XX – vai criar uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa. Cada nova língua integrada à rede dos conhecimentos linguísticos, da mesma maneira que cada região representada pelos cartógrafos europeus, vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo. É as ciências da linguagem que devemos a primeira revolução científica do mundo moderno (AUROUX, 2014, p. 35-36).

Nesse ambiente linguístico e cultural, o português é gramatizado em 1536, por Fernão de Oliveira, quarenta e quatro anos depois da publicação da gramática espanhola, a primeira em língua românica. A obra de Oliveira intitula-se *Grammatica da lingoagem portuguesa*, e traz um estudo descritivo de língua, centrado-se, sobretudo, na descrição dos sons. Posteriormente, em 1540, veio a lume a segunda gramática do português, elaborada por João de Barros.

Pretende-se, portanto, na próxima seção deste trabalho, discutir os discursos apresentados por cada gramático no que concerne à construção e à defesa de uma norma para a língua escrita. De antemão, pode se dizer que enquanto Oliveira segue o caminho da descrição da língua falada, sem deixar de pontuar os falares considerados já prestigiados, Barros constrói seu discurso a partir da prescrição de regras para a escrita, concentrando-se no escrever corretamente.

Discursos versus normatização da língua

Cabe, inicialmente, definir qual o conceito de norma adotado, aqui, já que o termo é polissêmico e pode causar certa confusão no momento em que é utilizado, se a definição não estiver bem estabelecida. Entende-se por norma escrita aquela que regula os usos, tomando como base os mais prestigiados socialmente, como fora, no caso do português, os usos falados na região da Estremadura, durante o século XVI.

Por uma questão de raciocínio, não se inicia o discurso dos gramáticos obedecendo a ordem cronológica em que foram produzidos, portanto, começa-se a discussão a partir dos argumentos de João de Barros (1540), para, depois, relacioná-los e contrapô-los com os de Fernão de Oliveira (1536). Pode-se dizer que João de Barros, na elaboração de sua obra, procura imitar os moldes da gramática latina, por isso, é considerado o gramático português mais latino, por Buescu (1984). Chega a aplicar os casos latinos na declinação dos nomes e dos pronomes, o que de certa forma ajuda no ensino da regência desses nomes. No entanto, o autor é bastante criticado, nesse ponto, considerando que na mudança do latim para o português, o caso que restou, de fato, foi o acusativo, embora se percebam resquícios dos outros casos na língua.

Não obstante, João de Barros, em sua obra, valoriza a língua e os costumes portugueses, se colocando numa relação de filiação com o latim e demonstrando, ao mesmo tempo, a superioridade da língua latina. Em passagens na obra como:

[...] por sermos filhos da Lingua Latina, temos tanta conformidade com éla, que convém usármos dos seus termos, principalmente em cousas que tem seus próprios nomes, dos quâes nam devemos fogir”, “os bárbaros que vem a nósso serviço, dele comêçam, como em primeiro elemento da formaçám verbál. E por ele suprimos alguns defeitos da nósso linguagem em que a latina é mais copiósá (BARROS, [1540]; BUESCU, 1971, p. 311),

percebe-se a relação de semelhança entre o português e o latim, assim como a afirmação de superioridade deste sobre aquele. Em outras passagens da obra, pode-se verificar o uso do pronome *nossa* para demonstrar as particularidades do português, evidenciadas em frases do tipo “*nóssa linguagem, nóssa lingua, nóssa grammatica, nóssas silabas, nóssa composaçám, nóssas palávras*” etc. Veja-se que, agora, o autor procura enfatizar a ideia de língua como um bem comum para todos, que faz parte de uma nação, e se revela independente de sua atual gênese linguística, a latina. Portanto, verifica-se um discurso de defesa do português, ao mesmo tempo em que se reconhece o valor da língua latina.

Com esse discurso, o autor procura construir uma norma para a escrita, baseando-se no modo certo de falar e escrever, condenando outros usos da língua, que são considerados, na sua opinião, corrupções cometidas pelos “bárbaros à porta”⁷. Por isso, elenca quarenta e cinco figuras de linguagem, os chamados barbarismos e solecismos, que tornam a língua imperfeita, prejudicando tanto a pronúncia das palavras, como a construção dos períodos e da ortografia. Ao mesmo tempo, traz algumas regras ortográficas que o colocam numa posição de ortógrafo, embora não seja essa sua real função. Assim, a gramática de João de Barros, 1540, segue a tradição da gramática latina, configurando-se, como uma obra preceitativa, que será instrumento de poder e de dominação ao longo dos séculos. João de Barros constrói sua gramática a partir do

⁷ Situação análoga ao que discorreu Mattos e Silva em seu trabalho de 2008, “Bárbaros à porta”: uma reflexão histórica sobre a língua portuguesa na atualidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL AGOSTINHO DA SILVA PENSADOR DO MUNDO A HAVER, 1., 2006, Lisboa. *Atas Lisboa*: Zéfiro, 2006. pp. 289-295.

discurso da língua escrita, empoderando-a, dando-lhe reflexões metalinguísticas que serão direcionadas à construção de uma norma escrita, num momento em que Portugal podia contar com sua primeira obra gramatical, a de Fernão de Oliveira, elaborada quatro anos antes, mas que seguiu outro caminho na construção da referida norma, como se verá a seguir.

De forma diferente, Fernão de Oliveira, primeiro gramático do português, não adota necessariamente os modelos da gramática latina, embora os conheça. Mas reflete sobre os modelos antes de aplicá-los à língua portuguesa, por isso, é considerado um “gramático original” (COSERIU, 2000). É um homem, assim como João de Barros, conhecedor da cultura greco-romana, mas ao elaborar sua *Grammatica* não segue a tendência normativa da época. Vai por outro caminho, descrevendo os falares do português.

A obra de Oliveira avança por outros caminhos, trazendo reflexões para a lexicologia, a morfologia, a dialetologia e a sociolinguística, embora a concretização dessas áreas tenha ocorrido, séculos depois. Portanto, diante das discussões acima, pode-se dizer que Fernão de Oliveira, assim como João de Barros, valoriza a língua e os costumes portugueses, mas toma como referência perspectivas diferentes, como a da descrição sincrônica da língua falada.

Fernão de Oliveira não coloca o português numa posição de subordinação em relação ao latim, ao contrário, mostra o quão valioso e bons são os falares português, por “homens assentados” ([1536], TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 166). Procura, dessa forma, igualar a língua portuguesa ao latim, demonstrando mais uma vez sua originalidade enquanto gramático descritivista. Uma conhecida passagem da gramática representa muito bem a percepção de língua do autor e a maneira pela qual ela é valorizada:

E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua e não a lingoa os homens. mas em muitas cousas tem anossa lingoa vantagem^①: porque ella e antiga ensinada/prospera/ e be^② conuersada: e tambe^③ exercitada em bos tratos e officios (OLIVEIRA, [1536]; TORRES; ASSUNÇÃO, p. 168-169, 2000).

Por isso, é considerado um homem *avant la lettre*, segundo Maria Carvalhão Buescu (1984). A referida autora, ainda, relativiza a submissão de João de Barros aos modelos latinos, quando afirma que o gramático em questão torna sua subordinação superficial na medida em que estabelece muito mais diferenças do que semelhanças na comparação do português como o latim (BUESCU, 1996). Borges Neto defende que

muito se fala sobre a “originalidade dos gramáticos renascentistas – particularmente da originalidade de Nebrija e Fernão de Oliveira, enquanto se acusa João de Barros de ser submisso ao modelo latino. Eu gostaria de relativizar esse julgamento, mostrando que todos foram originais apenas numa direção, e que mantiveram submissos ao modelo latino se olharmos de outra perspectiva. Creio que a originalidade da obra de Fernão de Oliveira reside justamente nos preenchimentos do vão que separa o latim do português. Em outras palavras, Fernão de Oliveira não é *teoricamente* original: em termos de teoria gramatical ele não fez mais do que reproduzir a teoria de Prisciano, que por sua vez, reproduz a teoria de Dioniso Trácio (séc. II a.c) e de Apolônio Discolo (séc. II A.D). Fernão de Oliveira é *descritivamente* original, na medida em que descreve, em sua gramática, um conjunto de dados linguísticos que nunca haviam sido descritos antes (2009, p. 45).

Fernão de Oliveira não reproduz teorias, necessariamente, na sua *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de 1536, ao contrário, reflete sobre as teorias e traz somente o que

é, de fato, necessário à sua descrição linguística. Por isso, discorda-se do referido autor, Borges Neto (2009), nesse ponto. Outro aspecto que diferencia a obra de Oliveira das gramáticas elaboradas pela tradição greco-romana é o fato de Oliveira ter adotado outra perspectiva, a da descrição dos sons, diferentemente, da tradição que se preocupou com o estudo, prioritamente, gráfico. Vale ressaltar ainda que Fernão de Oliveira, embora não tenha produzido teoria gramatical, deixa registradas no prefácio e ao longo da sua *Grammatica* declarações de que outras obras futuras virão para complementar suas reflexões metalinguísticas. Escreverá, posteriormente, sobre a sintaxe, o verbo e a própria teoria gramatical.

No que concerne a João de Barros, concorda-se que o referido gramático tenha sido original em certos pontos da sua obra. Se se considerar, por exemplo, sua preocupação em resolver alguns problemas gráficos da época, como os usos dos grafemas *k*, *q* e *ç*, da consoante aspirada *h* e dos dígrafos *ch*, *nh*. Além de trazer um estudo minucioso sobre os verbos, os pronomes e as figuras de linguagem. Diferentemente de Fernão de Oliveira, que muito pouco se dedica a esses estudos, já toca em outros aspectos importantes como a formação das *dições* por processos de composição e derivação, além de já trazer reflexões sobre a variação e a mudança linguísticas. Os dois primeiros gramáticos do português, embora tenham apresentado obras de orientações distintas, uma descritiva e a outra normativa, procuraram fixar uma norma para a escrita, que será objeto de estudo de outros homens, no século XVI, como os ortógrafos e os lexicógrafos.

Considerações finais

Como se pôde constatar, com as discussões engendradas neste artigo, o século XVI abarcou grandes mudanças sócio-históricas que incidiram diretamente sobre a estrutura da língua portuguesa, ratificando que a história de um povo se reconhece a partir da história de sua língua. Obviamente, o caráter deste trabalho é descritivo, portanto, grandes eventos extralinguísticos foram apenas apresentados, sem haver, claro, espaço para discussões mais acuradas, o que certamente daria um trabalho muito maior do que um artigo científico. Destarte, a necessidade de novas pesquisas é cogente, para ampliar ainda mais o que se iniciou aqui, respondendo, com isso, algumas indagações ainda sem respostas sobre a constituição histórica da língua portuguesa.

Fica, portanto, registrada uma singela homenagem às primeiras gramáticas produzidas em português, a *Grammatica da lingoagem portuguesa (1536)* e a *Grammatica da lingua portuguesa (1540)* por terem expressado tão bem a língua no século XVI, bem como a sociedade lisboeta desse importante momento histórico.

Referências

- AUROUX, Silvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: UNICAMP, 2014. p. 21-22, 35-36, 38-39, 65.
- BARROS, João de. **Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja**. Lisboa: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1539.
- _____. **Diálogos da Viçiosa Vergonha**. Lisboa: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1540.
- _____. **Grammatica da lingua portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1540.
- BORGES NETO, José. A teoria da linguagem de Fernão. In: ABAURRE, Maria Bernadete et al. **Fernão de Oliveira: Um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009. p. 44-45.

- BUESCU, Maria Carvalhão. **Gramática da língua portuguesa**, de João de Barros Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1971, p. 1, 3-5, 292, 311, 317.
- _____. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. **Oceanos**. Lisboa, n. 27, jul/set, 1996. p. 14, 57-58.
- _____. **Historiografia da língua portuguesa**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
- CALDAS AULETE. Disponível em: <www.aulete.com.br/>. Acesso: 10. jan. 2017.
- CALVET, Louis-Jean. **Tradição oral e tradição escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 19.
- CARTINHA PERA ENSINAR A LEER. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1500.
- CASTRO, Ivo. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999. p. 77.
- COSERIU, Eugenio. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. In: TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos. **Gramática da Linguagem portuguesa (1536)** Fernão de Oliveira: Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.
- DUARTE, Sónia. Fernão de Oliveira: Gramática da Linguagem Portuguesa, Fac-simile. Porto: **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, v. 8, p. 249-253, 2013.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. **O imaginário da Renascença**. Brasília: UNB, 1995.
- FRAGO, António Viñao. Por una historia de la cultura escrita: observaciones y reflexiones, Signo. **Revista de Historia de la cultura escrita**, 3, Universidad de Alcalá de Henares, 1996, p. 51.
- FRANCO, Jose Eduardo; SILVESTRE, João Paulo. **Gramática da Linguagem Portuguesa**. Fac-simile, introdução e edição atualizada e anotada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2012.
- GÂNDAVO, Pêro Magalhães de [1574]. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa**. Com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. p. 61.
- LE GOFF; Jacques, SCHMITT, Jean Claude (Org.). **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: Imprensa Oficial; EDUSC, 2002.
- LEÃO, Duarte Nunes de. **Orthographia da Lingoa Portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1576.
- _____. **Origem da língua portuguesa**. Lisboa: Faculdade de Letras, 1669.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses**. Salvador: EDUFBA, 2004. p.79.
- _____. Lexicografia histórica e questões de método. In: LOBO, Tânia et al. **ROSAE: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 382.
- _____. **Dicionário etimológico do português arcaico**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- _____. Do conceito de variante nos estudos do léxico de perspectiva histórico-variacional. **Revista de Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo, n. 2, p. 261-275, v. 16, jul./dez. 2014.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes; GÓIS, Iuri Alves. O conhecimento da etimologia aplicado ao ensino-aprendizagem da ortografia na escola. In: **I Congresso Internacional do Estudo do Léxico e suas interfaces**: Araraquara, Unesp, 2014.
- MAIA, Clarinda. A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical. In: **Gramática, história, teorias, aplicações**. Porto: Universidade do Porto, 2011. p. 30, 32.

- _____. A selecção do dialecto da antiga província da Estremadura como modelo de língua exemplar na tradição gramatical portuguesa: fundamentos históricos da sua “excelência idiomática”. In: **XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romane**. Berlin, New York (De Greyton), v. 3, 2010. p. 485.
- _____. **Linguística Histórica e Filologia**. In: Lobo Tânia et al. **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MARTINS, Ana Maria. Ainda os mais antigos textos escritos em português. Documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, Isabel (Org.) Lindley Cintra. **Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão**. Lisboa: Edições Cosmos e FLUL, 1999.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes; MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). **O Português Quinhentista: Estudos Linguísticos**. Salvador: EDUFBA, 2002. p. 12.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 163.
- _____. **O Português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Para uma caracterização do período arcaico do português. **D.E.L.T.A**, 10 (nº especial) 247-276, 1994.
- NEBRIJA, António de. **Gramatica castellana**. Madrid: Biblioteca Nacional de Madrid, 1492.
- NICOLAU, Eunice. A influência do contexto histórico-social na reflexão de Fernão de Oliveira: Língua e sociedade na Grammatica da lingoagem portuguesa. In: ABAURRE, Maria Bernadete et al. **Fernão de Oliveira: Um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009. p. 146.
- OLIVEIRA, Fernão de Oliveira. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1536.
- PAIVA, M. H. **Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico: contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança**. Porto. Tese de doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.
- PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.
- ROSA, Maria Carlota. Uma Arte Pera Aprender a Leer Quinhentista. In: CAGLIARI-MASSINI, Gladis et al (Org.) **Descrição do português: linguística histórica e historiografia linguística**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002, p. 152.
- SILVA, Jane Keli Almeida da. A Gramática de Fernão de Oliveira: anotações críticas sobre a edição de uma obra do final da Idade Média portuguesa, 2017, **V – SIMELP/Lecce/Itália**.
- SILVA, Jane Keli Almeida da; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Vocabulário gramatical quinhentista: para uma análise contrastiva da metalinguagem em Fernão de Oliveira e João de Barros**. 2017. 2v. 204f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras da universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SOUZA, Armindo. A cultura. In: MATTOSO, J. (Org.) **História de Portugal Lisboa: Círculo de Leitores**, v. 2, 1993.
- TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Tradução Celso Ferreira da Cunha. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2007.
- TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos. **Gramática da Linguagem portuguesa (1536) Fernão de Oliveira: Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000. p. 166, 168-169, 177, 178-179, 213, 217, 221-222.

TRASK, Robert Lawrence. **Dicionário de Linguagem e Linguística**. São Paulo: Contexto, 2004. p .191.

VERDELHO, Telmo; SILVESTRE, João (Org.). **Dicionarística portuguesa: inventariação e estudo do património Lexicográfico**. Coimbra: Universidade de Aveiro, 2007. p. 13, 14, 196.

Submetido em 12 de outubro de 2017. Aprovado em 06 de março de 2018.